

RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES: DOS EMPATES AO IMPASSE DO CAMPONÊS DA FLORESTA¹

CHICO MENDES EXTRACTIVE RESERVE: FROM 'EMPATES' TO THE IMPASSE OF THE FOREST PEASANT

JEFERSON CHOMA²

RESUMO

Nas décadas de 1970 e 1980, a resistência do movimento seringueiro travada na Amazônia contra os planos de expansão do capitalismo conduzidos pela ditadura militar resultou na criação das Reservas Extrativistas (RESEX), territórios que garantiram a preservação do modo de vida tradicional e a autonomia econômica e cultural do camponês seringueiro. A criação das RESEX foi uma proposta original no que se refere à construção de um projeto diferente de reforma agrária que respeitasse o modo de vida dos seringueiros e pudesse consolidar sua emergente autonomia camponesa. Uma das primeiras reservas criadas foi a Reserva Extrativista Chico Mendes (RECM), no estado do Acre. Durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), entretanto, a RECM sofreu com o aumento das queimadas, desmatamento, pressão de pecuaristas que almejam criar gado dentro da Reserva. Também sofre a pressão de políticos que defendem a revisão dos seus limites territoriais. Para melhor compreender a situação atual da RECM, este artigo faz um exame crítico das contradições que se desenrolaram ao longo das duas últimas décadas. Procuramos avaliar os conflitos atuais a partir das políticas públicas implementadas, como a transformação da RECM em uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, processo que implicou no surgimento de novos conflitos entre seus moradores e os órgãos de gestão do Estado; a implementação de políticas públicas que enfatizavam a valorização econômica e financeira dos recursos naturais nesse território; e os incentivos concedidos pelo Estado que permitiram o aumento da pecuária no Acre.

Palavras Chaves: Reserva Extrativista, Seringueiro, Reforma Agrária, Amazônia.

1. O presente artigo é baseado em dados e resultados da minha dissertação de mestrado "Modo de Vida e Etnoconhecimento na Reserva Extrativista Chico Mendes (AC)", defendida em 2018 no Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (PPGH-USP).

2. Doutorando no Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (PPGH-USP).

ABSTRACT

In the 1970s and 1980s, the resistance of the rubber tapper movement in the Amazon against the expansion plans of capitalism led by the military dictatorship resulted in the creation of Extractive Reserves (RESEX), territories that ensured the preservation of the traditional way of life and the economic and cultural autonomy of the rubber tapper peasants. The creation of RESEX was an original proposal in terms of building a different agrarian reform project that respected the way of life of rubber tappers and could consolidate their emerging peasant autonomy. One of the first reserves created was the Chico Mendes Extractive Reserve (RECM) in the state of Acre. However, during Jair Bolsonaro government (2019-2022), the RECM suffered from increased wildfires, deforestation, pressure from ranchers who aim to raise cattle within the Reserve. It also faced pressure from politicians advocating for a revision of its territorial boundaries. To better understand the current situation of the RECM, this article critically examines the contradictions that have unfolded over the past two decades. We seek to assess current conflicts based on implemented public policies, such as the transformation of the RECM into a Sustainable Use Conservation Unit, a process that led to the emergence of new conflicts between its residents and state management agencies; the implementation of public policies that emphasized the economic and financial valorization of natural resources in this territory; and the incentives granted by the state that allowed the expansion of cattle ranching in Acre

Keywords: Extractive Reserve, Rubber Tapper, Agrarian Reform, Amazon.

No dia 4 de dezembro de 2019, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou uma manchete de capa: "Após se reunir com infratores ambientais, Salles suspende fiscalização na reserva Chico Mendes." O conteúdo se referia a uma reunião realizada pelo ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles (2019-2022) com políticos e lideranças envolvidas em crimes ambientais no estado do Acre (MAISONNAVE, 2023).

Uma delas era a deputada federal Mara Rocha (PSDB-AC), que preparava um projeto de lei para reduzir os limites da Reserva Extrativista Chico Mendes (RECM), retirando da Unidade de Conservação áreas supostamente tomadas pela pecuária. De acordo com a reportagem, estavam também presentes na reunião com o ministro pecuaristas que criam gado ilegalmente na reserva, infratores ambientais e grileiros de terras (MAISONNAVE, 2023b)..

Matéria no mesmo jornal, publicada no dia 29 de setembro de 2022, informa

que houve um aumento do desmatamento na reserva: de 2010 até 2018, a média de desmate anual na área protegida era de cerca de 16km². Nos últimos três anos foi superior a 70km². A reportagem classifica a reserva como uma “minifazenda” (WATANABE, 2023). Outras matérias também na Folha de S. Paulo chegam a sugerir a transformação dos seringueiros em “caubóis da floresta”, fazendo uma referência ao título de um livro publicado pelo antropólogo norte-americano Jeffrey Hoelle (MAISONNAVE; ALMEIDA, L., 2023).

O aumento das queimadas e do desmatamento na Amazônia em geral, assim como na RECM, está relacionado às políticas aplicadas pelo então presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), cujas ações resultaram no desmonte da fiscalização e da legislação ambiental do país, ao mesmo tempo que incentivaram a invasão de fazendeiros e garimpeiros em Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

O objetivo deste artigo não é realizar uma sistematização ou uma análise minuciosa sobre a ofensiva realizada por pecuaristas, madeireiros e seus aliados políticos sobre a RECM durante o governo de Jair Bolsonaro, mas sim retroceder no tempo a fim de obter uma visão mais abrangente da situação. Pretendemos fazer um exame crítico das contradições que se desenrolaram ao longo das duas últimas décadas para obter uma melhor compreensão do contexto presente, caracterizado pelo crescente desmatamento, pela expansão da atividade pecuária dentro da reserva, pela emergência da figura do fazendeiro em áreas contíguas da RECM e, por fim, pela progressiva desmobilização e desorganização do movimento seringueiro.

Desse modo, procuramos avaliar os conflitos atuais a partir das políticas públicas implementadas nos últimos 20 anos, quais sejam: 1) as mudanças significativas nas reservas extrativistas, em relação à proposta original feita pelo movimento seringueiro, ao serem incorporadas ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC); 2) a implementação de políticas públicas que enfatizavam a valorização econômica e financeira dos recursos naturais nesse território; 3) os incentivos concedidos pelo Estado que permitiram o aumento da pecuária no Acre como um todo; e 4) a institucionalização do movimento seringueiro quando suas principais lideranças assumem cargos institucionais, em governos, prefeituras e no Poder Legislativo.

Ao contrário dos artigos e reportagens apressadas divulgadas pela grande imprensa, que muitas vezes sugerem a responsabilidade dos seringueiros pelo desmatamento e aumento da pecuária, nossa conclusão é oposta: reconhecemos que eles

também são vítimas desse processo e, a sua maneira, resistem ao tentar manter o controle do seu território e sua reprodução enquanto camponeses da floresta.

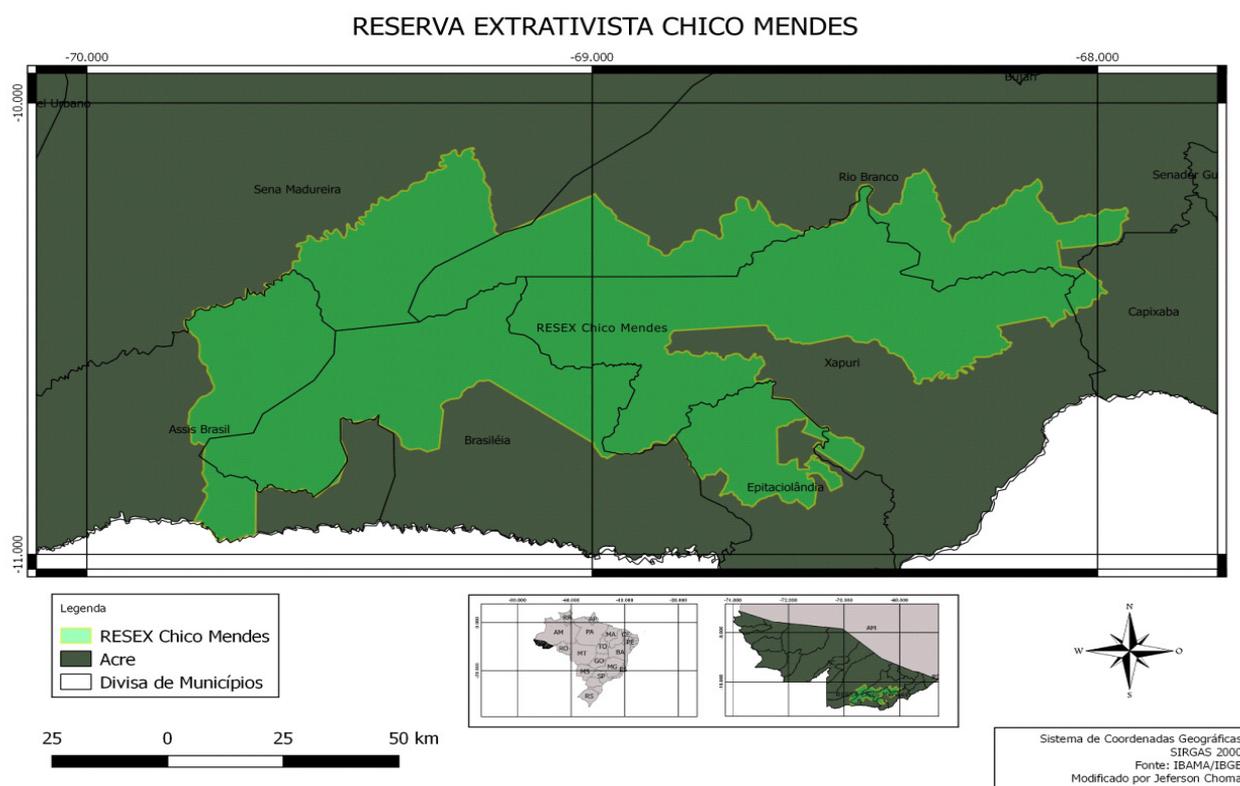
1 A “REFORMA AGRÁRIA DOS SERINGAIS”

A Reserva Extrativista Chico Mendes (RECM) foi criada pelo Decreto nº 99.144, de 12 de março de 1990. Localizado na região sudeste do Acre, o território tem uma área aproximada de 970.570 hectares, dividida em 46 seringais, sendo a maior reserva extrativista do estado e uma das maiores do país. Os seringais, por sua vez, são subdivididos em colocações, unidades produtivas familiares que têm em média 300ha. Na RECM moram mais de 2 mil famílias, aproximadamente 10 mil pessoas.

No início da década de 1990, os habitantes formularam um Plano de Utilização, aprovado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em 18 de abril de 1995, por meio da Portaria Ibama nº 28-N. Os moradores da reserva não são proprietários de suas colocações, mas têm a Concessão de Direito Real de Uso, firmada em 2002 por esse órgão (IBAMA, 2006).

A maioria das famílias da RECM têm como atividade a exploração e a comercialização de Produtos Florestais não Madeireiros como a castanha-do-brasil (*Bertholia excelsa*), o látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*), óleos e sementes, entre outros, mas a caça e a pesca também são extremamente importantes na reprodução do camponês da floresta.

Figura 1 – Localização da RESEX Chico Mendes



A formação da RECM está vinculada à emergência de um campesinato da floresta que se constituiu no processo de decadência da economia da borracha³. Emerge daí sua autonomia em face da ruína da velha estrutura de dominação do barracão do seringalista. Até esse momento, o seringueiro estava submetido à peonagem, um sistema de escravidão por dívidas que dependia do aviamento de mercadorias ao barracão do seringalista. Proibidos de produzir seus próprios meios de subsistência, os seringueiros eram obrigados a comprar tudo o que necessitavam (de alimentos até instrumentos de trabalho) no barracão do “patrão”.

Enquanto classe dominante, os patrões da borracha passaram por um longo processo de decadência. Sua sobrevivência, particularmente após o segundo ciclo da borracha na Segunda Guerra Mundial, foi garantida por políticas de financiamento do Estado. O golpe definitivo veio com a ditadura militar, que suspendeu o financiamento aos seringalistas já incapazes de saldar suas dívidas

3. A pesquisa se filia à perspectiva teórica de muitos autores, tais como Oliveira (1990; 2001), Martins (1995; 2010), que defendem a formação do campesinato brasileiro como produto do desenvolvimento desigual e contraditório do modo de produção capitalista no Brasil, cujo desenvolvimento produz relações sociais não capitalistas de produção para a reprodução do capital. Nesse entendimento há um vínculo estrutural entre formas de produção capitalistas e não capitalistas para a viabilização da reprodução ampliada do capital, isto é, “o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas, igual e contraditoriamente necessárias a sua reprodução” (MARTINS, 1995, p. 36).

(COSTA SOBRINHO, 1992, p. 144).

Nas décadas de 1960 e 1970, a ditadura apresentava uma nova visão sobre a região da Amazônia. Não se tratava mais de um desenvolvimento com a floresta, mas sim contra a floresta. Um desenvolvimento, todavia, que respondia às necessidades do capital internacional e expressa o papel subalterno do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho, por meio de exportação de commodities, conforme explicam Porto-Gonçalves (2002) e Oliveira (1990).

O regime militar apresentava a Amazônia como um imenso “vazio demográfico” e que era preciso “ocupar para não entregar”. Desse modo, os recursos voltados exclusivamente para a produção de borracha foram revertidos para outras atividades, especialmente para a agricultura e pecuária.

Para viabilizar a nova estratégia de desenvolvimento foi colocada em curso a chamada “Operação Amazônia”, que criou um conjunto de instrumentos legais para intervir na região. Foram criadas políticas de incentivos fiscais às grandes empresas de capital nacional ou estrangeiro que comprassem terra na região e investissem fortemente na agropecuária. Além disso, os planos estavam orientados pela abertura de grandes rodovias tais como a Transamazônica; a BR 368, ligando Acre e Rondônia; e a Cuiabá-Santarém, ligando o Mato Grosso ao Porto de Santarém.

No que se refere ao Acre, o governador Wanderley Dantas (1971-1974) aliou-se à estratégia do regime ditatorial. Promoveu uma intensa campanha para atrair fazendeiros, empresários interessados em adquirir terras no estado e ter acesso aos incentivos dados pelo regime. Em 1978, cerca de um terço das terras cadastradas do Acre se encontrava sob domínio de investidores do Sul e Sudeste (PAULA, 2005). A implantação de grandes projetos agropecuários potencializou os conflitos entre seringueiros e os novos donos das terras. Os seringais eram vendidos aos “paulistas” (como eram chamados os fazendeiros na época) como se estivessem vazios, não ocupados pelas famílias seringueiras. Os fazendeiros passaram então a comprar as terras e lotear os seringais, o que deu início aos conflitos com as famílias seringueiras que moravam na mata.

Nesse momento, sob o declínio dos seringalistas, emergia um campesinato seringueiro caracterizado por um “modo de vida florestal”, conforme explica Mauro B. de Almeida (2012), que adquiriu o conhecimento dos povos indígenas sobre

como viver dos recursos da mata, constituindo aquilo que Porto-Gonçalves (2003) define como “uma nova matriz de racionalidade indígena-cabocla”, formada a partir de novas relações interétnicas que se estabeleciam no avançar da crise da territorialidade seringalista.

A resistência dos seringueiros ocorre por meio dos “empates”, o “mutirão contra a jagunçada”, que se tornou a principal forma de luta construída pelo movimento e se alastrou por todo o Acre. Naquele momento, o movimento, sob orientação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (Contag), reivindicava o reconhecimento da posse de pequenos lotes por meio do cumprimento do Estatuto da Terra. Contudo, os pequenos lotes não permitiam a prática da caça e a realização das atividades extrativistas. Ademais, eram inadequados aos roçados itinerantes praticados pelas famílias. Desse modo, a partir da experiência do movimento, ficou claro que a estratégia do “lote por lote” não era a mais adequada, uma vez que não respondia às expectativas de continuarem a viver na mata preservando o seu modo de vida. Como coloca Porto-Gonçalves (2003), a questão era lutar pela criação de uma “nova lei”, pautada nos costumes e na tradição e no desejo de se conquistar a autonomia camponesa. Daí surge o esboço das Reservas Extrativistas, a “Reforma Agrária dos Seringais”, que reivindicava a “desapropriação dos seringais de modo a garantir a integralidade da atual estrutura de ocupação” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 493).

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (STR), sob a liderança de Chico Mendes, assume o protagonismo desse novo modelo de Reforma Agrária. No 1º Encontro Nacional dos seringueiros, em outubro de 1985, que resultou na criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), reafirma-se o caráter específico da Reforma Agrária para a Amazônia, baseada na desapropriação dos seringais nativos e na “definição das áreas ocupadas por seringueiros como reservas extrativistas, assegurado seu uso pelos seringueiros” (CNS, 1985 S apud PORTO GONÇALVES, 2003 p. 494).

Aqui se desenhou claramente o modelo das Reservas Extrativistas, que era, segundo Chico Mendes, “o seringal sem o patrão” (ALLEGRETTI, 2002, p.189), isto é, onde se recriassem os elementos do antigo seringal tradicional, sem a relação entre patrões e seringueiros, com a emergência do camponês da floresta. A proposta ainda subvertia a noção de propriedade privada da terra, como explicou Chico Mendes:

Não queremos transformar a Amazônia num santuário, o que nós não queremos é a Amazônia devastada. E aí se pergunta: qual é a proposta que vocês têm? [...] estas propostas se baseiam na criação das reservas extrativistas. Os seringueiros não se interessam e nem querem o título de propriedade, nós não queremos título nenhum e nem ser donos da terra, o que nós queremos é que a terra seja de domínio da União e de usufruto para os seringueiros, e dos habitantes da floresta (1991, p. 18).

Em 23 de janeiro de 1990 foi assinado pelo então presidente da República José Sarney o decreto de criação da primeira Reserva Extrativista existente, a Resex do Alto Juruá. Sete dias depois se instituiu, na política ambiental brasileira, a figura jurídica “Reserva Extrativista” por meio do Decreto n. 98.897, de 30 de janeiro de 1990. O artigo 4 definia que “a exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais será regulada por contrato de concessão real de uso [...]” (BRASIL, 1990), concedido gratuitamente aos seringueiros. Já o artigo 2 afirmava que “o contrato de concessão incluirá o plano de utilização aprovado pelo Ibama”, que seria formulado pela própria comunidade e o primeiro documento de gestão das Reservas Extrativistas. Ao Ibama ficou reservado o papel de “supervisionar as áreas extrativistas e acompanhar o cumprimento das condições estipuladas no contrato [de concessão de uso]”.

2 RESERVAS EXTRATIVISTAS DIANTE DO MOVIMENTO AMBIENTAL

A dimensão ambiental da luta seringueira possibilitou sua aliança com organizações do movimento ecológico urbano, mas isso decorreu em razão da singular agenda agrária defendida pelos camponeses da floresta. Ao defender uma Reforma Agrária adequada ao seu modo de vida, materializada na criação das Reservas Extrativistas, os seringueiros apresentavam uma inédita modalidade de Reforma Agrária, pautada na manutenção do extrativismo e da “floresta em pé”. Por outro lado, também abriram caminhos para novas políticas ambientais no país, onde o homem não seria visto como algo estranho à natureza. Sobre essa dimensão “ecológica” da luta seringueira, Mauro W. Barbosa de Almeida (2004), a partir de sua experiência pessoal na criação da Reserva Extrativista do Alto Juruá, afirma que o movimento se apropriou de parte do discurso ambiental “não para parodiá-lo, mas para, de fato, incorporá-lo em suas próprias concepções e práticas locais, atribuindo a esse discurso novos significados”. Ainda segundo o autor:

Ao fazê-lo, redefiniram sua maneira anterior de agir, mas o fizeram conforme critérios estabelecidos em tradições e costumes próprios; ao mesmo tempo redefiniram sua relação para com a sociedade, construindo para si um nicho onde pudessem ser reconhecidos, como “povos da floresta”, com direitos agrários

e sociais reconhecidos como legítimos. (ALMEIDA, 2004, p.34).

Ao mesmo tempo que a criação das Resex influenciou o debate sobre o paradigma da preservação ambiental no país, a sua institucionalização trouxe novas e desafiadoras contradições às populações seringueiras. Em realidade, ao longo dos anos 1990, as Reservas Extrativistas não escaparam dos efeitos da nova agenda neoliberal assumida pelo Estado, tampouco das transformações que o movimento ambiental sofreu nessa nova fase.

A década de 1990 é apontada como o momento no qual a questão ambiental ganha maior visibilidade no cenário internacional. O tema passa a constar como pauta obrigatória na agenda política dos estados nacionais e órgãos multilaterais, especialmente a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992.

No entanto, enquanto eram realizadas as mais importantes conferências e fóruns internacionais sobre o meio ambiente, a ideologia neoliberal passava a se afirmar ao longo da década. São tempos em que se proclamava a “vitória do capitalismo”, o “fim da história” e a impossibilidade de qualquer utopia transformadora. Os estados nacionais tiveram sua capacidade econômica reduzida e se tornaram cada vez mais dependentes do mercado de capitais que opera em escala global. A solução do “Estado mínimo” (mínimo no que se refere aos gastos sociais), Tratados de Livre Comércio e a supervalorização das “forças invisíveis” do mercado passam a constar como itens prioritários na agenda política dos governos de todo o mundo, particularmente na América Latina. Era o chamado “Consenso de Washington” em ação.

Como assinala Carlos Porto-Gonçalves (2006, p. 299), é nesse momento que a questão ambiental “também passa a interessar cada vez mais ao ‘andar de cima’, sobretudo ao setor empresarial e, entre esses, às grandes corporações transnacionais”.

A crescente preocupação com a questão ambiental e a transição para um suposto mundo “mais sustentável” serão incorporadas por soluções pautadas nos interesses do mercado, ajustando a questão às estratégias empresariais. Assim, é criado o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que surge junto com o Protocolo de Kyoto, cujo resultado é a criação de um mercado de carbono, conforme destaca Porto-Gonçalves (2006). Foi por essa via que políticas neoliberais ganharam mais

espaço nas políticas ambientais aplicadas pelo Estado, como programas de redução de emissões de gases efeito estufa por desmatamento e degradação (REED), Manejos Florestais de madeira e bancos genéticos.

Assim, ante os avanços de múltiplos movimentos sociais que conseguiram imprimir ao debate um forte caráter social de respeito à diversidade cultural, desencadeou-se uma ampla estratégia empresarial, com a ajuda de grandes organizações não governamentais, para que se condicionasse a busca de alternativas políticas aos marcos da ordem societária existente, ou seja, que se procurasse estreitar as soluções aos marcos do mercado, às regras do jogo do capitalismo, enfim, procurava-se retirar a iniciativa daquele protagonismo de ampla base popular e cultural, acreditando que o mercado é a única solução possível para qualquer problema, inclusive os ambientais. (GONÇALVES, 2006, p. 302).

Autores como Petras (1995) discutem a proliferação das Organizações Não Governamentais (ONGs) durante o ascenso da ideologia neoliberal e seus vínculos com as instituições do capital financeiro, tais como o Banco Mundial. Essas organizações teriam ganhado peso na vida social e política dos países que adotaram o receituário do "Estado mínimo" e, conseqüentemente, na redução das despesas nos investimentos sociais e no aumento da pobreza. Para Petras, o surgimento das ONGs está vinculado à desresponsabilização do Estado em áreas sociais, ao mesmo tempo que esse tipo de organização foi estimulada pelo Banco Mundial para abrandar conflitos provocados pela redução dos investimentos sociais dos governos.

O movimento seringueiro e suas organizações não ficaram imunes a esse processo, a começar pelo Conselho Nacional dos Seringueiros e depois demais, como cooperativas que aprofundam sua vinculação com as ONGs por meio de inúmeros convênios.

O sindicalismo foi extremamente importante para o CNS desde a sua fundação⁴. Segundo Almeida (1989), o I Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado em Brasília em 1985, que fundou o CNS, contou com 130 sindicalistas. Desde então,

4. Almeida diz que o CNS não era um sindicato, uma vez que não fazia filiação de associados nem cobrava taxas ou mensalidades. No entanto, o CNS e todo o movimento seringueiro estiveram desde o início atrelados ao novo sindicalismo que surgiu no final da década de 1970. Chico Mendes, como representante do STR de Xapuri, inclusive defendeu a proposta que serviria de base para as Reservas Extrativistas no IV Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em 1985, e em congressos da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a qual ajudou a organizar no Acre. Chico Mendes era ligado à corrente "CUT pela Base", que disputava a hegemonia da central com a "Articulação Sindical". Não sem dificuldade, os seringueiros tentavam explicar aos sindicalistas que o modelo de assentamento por lote não funcionava para a realidade vivida por eles. Muitas vezes suas propostas eram classificadas como "ambientalistas", ao invés de serem apreciadas como um modelo original de Reforma Agrária para a Amazônia.

todos os membros de sua diretoria eram sindicalistas ou delegados sindicais. “Para todos eles, foi o sindicato rural a escola de organização e mobilização” (ALMEIDA, 1989, p. 4).

Essa relação com os sindicatos, contudo, vai se fragilizando ao longo dos anos 1990, ao passo que a relação com as ONGs se fortalece, e essas organizações passam a construir uma influência decisiva nas políticas públicas adotadas pelo governo do Acre e nas Reservas Extrativistas. Segundo Paula (2005, p. 225), a partir de 1995, o CNS passou a ser mantido financeiramente pelo governo federal e pelo Banco Mundial. E após o VI Encontro Nacional do CNS, Osmarino Amancio Rodrigues, uma das principais lideranças seringueiras do Acre, três vezes secretário do Conselho, afirmou que a entidade deixou de ser um movimento social para se tornar uma ONG e passou a apoiar a exploração de madeiras nobre nas Reservas Extrativistas (RODRIGUES, 2002, p. 316).

3 OS “GOVERNOS DA FLORESTA” E O MOVIMENTO SERINGUEIRO

Soma-se a esse processo a institucionalização de muitas lideranças seringueiras, especialmente no Acre. Em 1998, o Partido dos Trabalhadores (PT), que teve profunda ligação com o movimento seringueiro, chegou ao governo estadual. Os “governos da floresta”, como são autointituladas as gestões de Jorge Viana (1999-2002, 2003-2006), Binho Marques (2007-2010) e do atual governador Tião Viana (2011-2014, 2015-2018), todos do PT, passaram a utilizar a imagem de Chico Mendes como um ícone do governo, e associam a trajetória e a luta do movimento seringueiro às políticas públicas implementadas pelas suas gestões.

Desde então, inúmeros sindicalistas e membros do CNS passaram a ocupar cargos no governo estadual, assumindo prefeituras ou compondo sua base de apoio parlamentar e extraparlamentar. Dessa forma, ocorreu uma institucionalização parcial dessas lideranças populares. Em face das medidas adotadas posteriormente pelo governo, pode-se afirmar que o movimento dos seringueiros foi dividido entre aqueles que apoiavam o governo e, inclusive, participavam dele, e aqueles que se opunham.

O compromisso assumido pelos “governos da floresta” era acabar com os conflitos fundiários e ambientais no Acre, e viabilizar políticas públicas que pudessem apoiar a comercialização de produtos extrativistas. Assim, incorporaram à sua agenda o conceito de “desenvolvimento sustentável” a fim de promover políticas públicas

voltadas à preservação ambiental.

Em 2001, o governo de Jorge Viana promulgou a Lei 1.426 que “dispõe sobre a preservação e conservação das florestas do Estado, institui o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas, cria o Conselho Florestal Estadual e o Fundo Estadual de Florestas” (ACRE, 2001). Muito além de criar todo um novo ordenamento institucional no que se refere à gestão ambiental, a Lei 1.426 apresentou pela primeira vez de forma explícita a ideia de que a floresta é “um ativo econômico”. Isso fica claro em seu artigo 6, parágrafo 3, no qual é instituída a concessão de florestas públicas “através da qual uma determinada área de floresta ou quantidade de recurso florestal é destinada pelo Governo do Estado a ser explorada pela iniciativa privada” (ACRE, 2001). Outros dispositivos da lei se relacionam com essa lógica. Em seu artigo 58, o governo fica autorizado a “estabelecer regulamento específico para a utilização, valoração e remuneração dos serviços ambientais das unidades de conservação estaduais e florestas privadas” (ACRE, 2001). No artigo 11, parágrafo 11, o governo se compromete a “prestar assistência técnica, promover e executar treinamentos em elaboração e execução de planos de manejo florestal madeireiro e não madeireiro” (ACRE, 2001).

Essa lei é considerada um marco no Governo da “Frente Popular” no que diz respeito à questão ambiental. Com efeito, a partir dela, aprofunda-se de forma extraordinária no Acre a mercantilização da floresta e de seus recursos [...]. Assim, pois, sob pretexto de conservar e preservar a floresta, forjou-se um instrumento legal que possibilita a exploração privada de uma área de floresta e de seus recursos por até 30 ou 40 anos: a concessão florestal. (SOUZA, Israel, 2007, p. 111).

A ideia de que a floresta é “um ativo econômico” e que pode alavancar o desenvolvimento econômico do estado também está presente no Zoneamento Econômico e Ecológico (ZEE) do Acre, que aponta para “políticas de incentivo à industrialização” que levem “em consideração a importância da interiorização da atividade florestal, visando ampliar a conectividade entre as diferentes regionais na formação de aglomerados (*clusters*) florestais” (ACRE, 2010, p. 143) à disposição das atividades do manejo florestal sustentável.

Em 2010, o governo instituiu a Lei Estadual nº 2.308, de 2010, que criou o Sistema de Incentivos aos Serviços Ambientais do Acre (Sisa). Há importantes implicações nesse novo dispositivo legal para as Unidades de Conservação de Uso Sustentável existentes no estado e seus habitantes. A primeira delas é que a lei viabiliza plenamente a

exploração de madeiras, em bases “sustentáveis”, em Unidades de Conservação, o que será amplamente fomentado pelas instituições governamentais. Outra medida é a financeirização da natureza por meio da comercialização de créditos de emissão de carbono relativos a serviços e produtos ambientais. Dessa forma, a visão da floresta como um ativo econômico foi assumida pelo governo do Acre como uma estratégia de desenvolvimento e inserida nos planos de gestão territorial. O conjunto dessas ações, designado como “capitalismo verde” por Sandonato (2015)⁵, indica um processo de captura do programa seringueiro de manter “a floresta em pé”, mas agora redefinido sob a base do pensamento neoliberal e de todos os seus axiomas que exaltam o mercado como a arena para a resolução dos problemas ambientais.

4 A PERDA DA AUTOGESTÃO DAS RESEX

Concomitante a esse processo, no final da década de 1990 e início dos anos 2000, as Reservas Extrativistas passaram por significativas transformações. Com a aprovação da Lei 9.985, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), no ano 2000, as Reservas Extrativistas foram incorporadas ao conjunto das Unidades de Conservação de Uso Sustentável. A “Reforma Agrária dos Seringais” foi capturada pela legislação ambiental e transformada em Unidade de Conservação, processo que implicou o surgimento de novos conflitos entre seus moradores e os órgãos de gestão do Estado.

A mudança mais importante foi a que se refere à gestão da Reserva Extrativista. Historicamente, o movimento seringueiro defendia a autogestão desses territórios⁶. Esse princípio foi afirmado pelo II Encontro Nacional dos Seringueiros (realizado concomitante ao I Encontro dos Povos da Floresta), promovido pelo Conselho Nacional dos Seringueiros entre os dias 25 e 31 de março de 1989, em Rio Branco (AC). Além de reafirmar as Reservas Extrativistas como a solução para a questão agrária seringueira, o CNS deixava claro o princípio de autogestão das Resex, isto é, que esses territórios, ao serem criados, seriam controlados pelos próprios moradores a partir de suas organizações de base. Os objetivos do CNS eram claro a respeito

5. O autor investigou como projetos que tencionam transformar as florestas em área de lastro para a comercialização de créditos de carbono impõem novas regras de uso que pretendem, na prática, impossibilitar o modo de vida das populações seringueiras.

6. Território é entendido e compreendido a partir do conflito social, da disputa pela apropriação de uma porção do espaço. Sob este ângulo, concordamos com Oliveira (2001, p.74) que afirma: “O território é, assim, efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência.”

desse tema:

Lutar pela imediata melhoria da qualidade de vida nas áreas de seringueiros e demais trabalhadores extrativistas, com implantação de serviços de saúde, educação e cooperativismo, bem como a infraestrutura e desenvolvimento tecnológico, garantindo o controle e autogestão pelos seringueiros e demais trabalhadores extrativistas das Reservas Extrativistas, através de seus órgãos e associações. (CNS, 1989 apud PORTO GONÇALVES, 2003 p. 496).

Segundo Allegretti (2002), o debate da autogestão das Reservas Extrativistas já estava presente na formulação do Projeto Seringueiro, que procurava promover a alfabetização dos seringueiros para viabilizar a criação de cooperativas e possibilitar sua independência econômica dos patrões e marreteiros. A luta pelo domínio da escrita e da leitura era parte do processo de mobilização e condição fundamental para a autogestão e o fortalecimento dos organismos de representação coletiva. Nessa perspectiva é concebido o Projeto Poronga de Educação Popular, influenciado pelas ideias e práticas de Paulo Freire e cujas cartilhas valorizavam o conhecimento tradicional das populações seringueiras⁷.

Todo esse o processo de criação da Resex Chico Mendes contou com a participação ativa dos seus habitantes. Por meio de suas associações de moradores e núcleos de base foram discutidas a demarcação dos seus limites e as regras que seriam inscritas em seu Plano de Utilização, “a Lei da Reserva”, como chamam os seringueiros. Naquele momento, o Plano de Utilização era um inventário das práticas tradicionais desenvolvidas pelos moradores da RECM, e seu objetivo, segundo o próprio documento, era “assegurar a autossustentabilidade da Reserva Extrativista Chico Mendes mediante a regulamentação da utilização dos recursos naturais e dos comportamentos a serem seguidos pelos moradores” (BRASIL, 1995, p.23).

Cabia ao Ibama apenas gerir a fiscalização em conjunto com a comunidade, no sentido de se fazer cumprir as determinações do Plano de Utilização da Reserva que foi elaborado pelos próprios moradores. Um exemplo desse funcionamento

7. A poronga é uma lanterna feita de metal e tem um pavio embebido de querosene. Ela clareia a mata para que o seringueiro possa cortar as seringueiras quando sai na madrugada. No entendimento dos seringueiros, naquele momento a “poronga” servia para clarear as ideias quando transformada em cartilha escolar. Infelizmente, hoje não existe nenhum tipo de educação diferenciada com projeto pedagógico adaptado às populações seringueiras. O que predomina é a falta de escolas em toda a RECM.

é que, além da fiscalização governamental, existia também a figura do fiscal-colaborador relacionado ao Ibama, que era um morador da reserva, escolhido por eles, e exercia papel de liderança local.

Além de garantir a aplicação do Plano de Utilização, na prática o fiscal-colaborador também resolvia conflitos internos que eventualmente surgissem entre os moradores das colocações, como questões sobre os limites das estradas da seringa, conflitos a respeito da caça ou de piques de castanhas. Muitas vezes, para resolvê-los, eram evocadas normas costumeiras e tradicionais. No limite, quando a mediação do fiscal não solucionasse o problema, os conflitos eram discutidos e resolvidos nas assembleias comunitárias, procurando evitar ao máximo o envolvimento de órgãos ou instituições de fora da comunidade.

Mas tudo isso mudou com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que suprimiu a ideia de autogestão presente na criação das primeiras Reservas Extrativistas, deslocando sua administração totalmente para a esfera governamental (CUNHA, 2010) e criando um Conselho Deliberativo chefiado pelo órgão responsável pelas Unidades de Conservação, hoje o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão ambiental do governo brasileiro, criado pela Lei 11.516, de 28 de agosto de 2007. "Na prática, isso significa um conjunto heteróclito de conselheiros formados por pessoas sem representatividade entre as comunidades e escolhidos por intermediários do ICMBio." (ALMEIDA; REZENDE, 2013, p. 190).

Essa transformação não foi captada pela maioria das lideranças seringueiras, uma vez que a maioria estava institucionalizada, ocupando cargos do aparato estatal ou nos parlamentos, longe de suas bases. O resultado foi o esvaziamento das formas de representatividade dos moradores e uma gradual desmobilização, com perda do direito à autogestão das Reservas Extrativistas pelo movimento, sem que houvesse nenhuma grande oposição.

No caso da RECM, a composição do Conselho Deliberativo⁸ é majoritariamente formado por representações não seringueiras, e as decisões polêmicas e geradoras de enfrentamentos são tomadas sem a participação efetiva da maioria dos moradores. Nas Atas das reuniões do Conselho Gestor é possível identificar cada vez mais a presença de representantes das instituições do poder público, das esferas municipal, estadual e federal, como a presença de Organizações Não Governamentais, como a World Wide Fund for Nature (WWF). Chama a atenção, inclusive, o logotipo dessa ONG presente nas Atas do Conselho Gestor.

Nos anos subsequentes, o Conselho Gestor da RECM realizou significativas modificações sobre as normas de uso do território. De acordo com as lideranças seringueiras, essas mudanças foram realizadas sem consultar os moradores, resultando em um aumento de tensão derivada do mandonismo de muitos funcionários do Estado. Relatos sobre multas, ações truculentas e perseguições aos moradores são comuns em muitos seringais.

Há um número incontável de multas ambientais. Algumas alcançam o valor de R\$ 400 mil reais. Pesa aqui o que Diegues (1998; 2000) chama de "visão conservacionista radical", que opõe seres humanos à preservação ecológica e serviu de base para a criação dos Parques Nacionais, a qual persiste até hoje como guia para a atuação dos órgãos responsáveis por sua administração. O corte e o uso tradicional de madeira estão entre as maiores fontes desses conflitos. Os seringueiros questionam o fato de o uso tradicional da madeira estar sujeito a multas e punições, enquanto sua exploração comercial – o manejo florestal madeireiro, implementado pelos "governos da floresta" – pode se utilizar de tratores Skid que provocam grande impacto na mata.

Como resultado, os moradores ficam à mercê dos ditames dos funcionários das UCs e agentes de fiscalização, que geralmente não conhecem como funciona o saber

8. O Conselho Deliberativo da RECM é composto pelas seguintes representações: Administração pública - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Universidade Federal do Acre (Ufac); Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema); além das Prefeituras Municipais de Rio Branco, de Assis Brasil, de Brasiléia, de Xapuri, de Capixaba, de Sena Madureira e de Eitaciolândia (todas no AC). Da Sociedade civil - Associações dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasiléia e Eitaciolândia (Amoprebe), de Xapuri (Amoprex), de Assis Brasil (Amopreab), de Sena Madureira (Amopre sema) e de Capixaba e Rio Branco (Amopre-Carb); Cooperativa de Produtores Florestais Comunitários (Cooperfloresta); Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (Caex); Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, de Brasiléia, de Assis Brasil, de Rio Branco, de Sena Madureira e de Eitaciolândia; Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS). (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, no. 32, de 14 de fevereiro de 2014, p. 52).

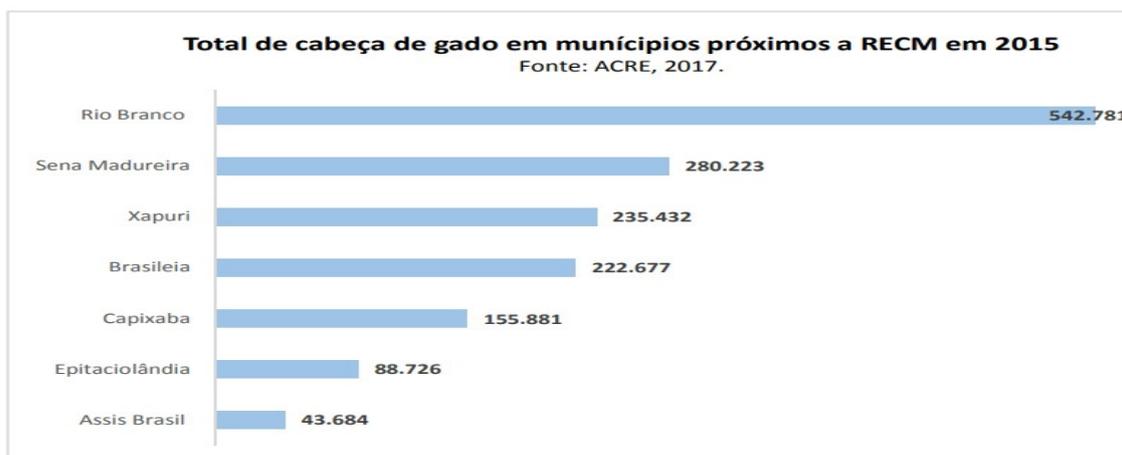
e o manejo tradicional dos recursos naturais, tampouco levam em consideração a autoridade de associações ou outros coletivos locais.

5 DE ONDE VEM A AMEAÇA DE “PECUARIZAÇÃO”?

A criação de gado no interior da Resex pelos seringueiros tem sido foco de conflitos entre as famílias e o Conselho Gestor. O argumento é que a criação de gado estaria modificando a relação do seringueiro com a floresta e sua percepção em relação à conservação.

Mas a ameaça de “pecuarização” da RECM, como afirmam as Atas do seu Conselho Gestor, só podem ser entendidas mediante a análise da expansão da pecuária em todo o Acre. Desde os tempos em que a criação de gado foi incentivada pelo regime militar, a pecuária nunca parou de crescer no estado. Em 1970, o rebanho bovino no Acre somava 72.166 cabeças de gado. Em 1980, fruto das políticas de incentivos oferecidas pelo Estado, esse número passou para 292.190. Em 1995, portanto, cinco anos após a criação das primeiras Reservas Extrativistas, o Acre já possuía 847.208 mil cabeças de gado. A eleição dos “governos da floresta” não refreou a expansão da pecuária. A despeito do discurso oficial do governo estadual sobre o incentivo ao extrativismo, entre os anos de 2006 a 2015 houve um aumento de 1.131.733 cabeças de gado no Acre, o que representa um crescimento de 63,4% nesse período, como se pode ver no Gráfico 1. Em 2015 o Acre possuía um rebanho bovino de 2.916.207 cabeças de gado. Ademais, mais da metade do rebanho de gado no Acre, 53,8% do total, está concentrada nos sete municípios que abrigam o território da RECM.

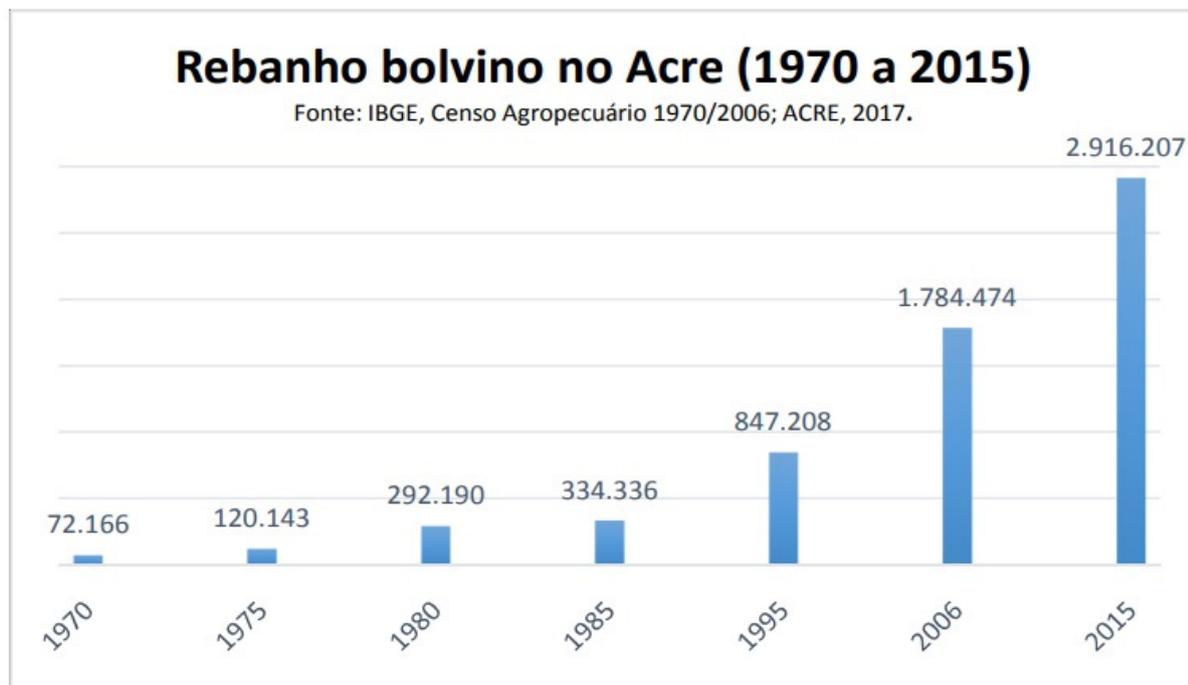
Gráfico 1 – Rebanho bovino no Acre.



Todos esses dados confirmam aquilo que se vê quando se faz uma incursão pelas estradas e ramais que nos conduzem até a RESEX. Há uma explícita diferença entre a territorialidade dos fazendeiros e a dos seringueiros. Nas áreas contíguas à Reserva, a mata foi derrubada para dar lugar ao boi. A paisagem desoladora é dominada quase exclusivamente pelo pasto. As fazendas, o pasto e o boi chegam até os limites da Reserva, “na beira”, como dizem os seringueiros. Mas no interior da RECM a paisagem muda abruptamente, com a floresta abraçando os viajantes, e poucos bois são avistados ao longo dos varadouros.

Nos Projetos de Assentamentos próximos da RECM muitos camponeses criam o chamado “gado de meia”. Nessa modalidade, o colono se responsabiliza junto ao proprietário do gado (geralmente um médio ou grande pecuarista) a criar um determinado número de cabeças por dois ou três anos. Ao final, ele fica com a metade dos bezerros que nascerem nesse período como forma de pagamento. Além de disponibilizar uma área para pastagem, o colono também precisa assumir os custos com vacinas, tratamentos, alimentação com sal, construção de currais, cercas, entre outras despesas que tiver com a criação. Tal prática é generalizada nas pequenas propriedades rurais próximas à Resex, mas no interior dela a prática do “gado de meia” é muito rara.

Gráfico 2 – Gado por municípios.



As grandes fazendas e a pecuária pressionam as fronteiras da Reserva, invadindo inclusive as Zonas de Amortecimento definidas no Plano de Manejo⁹, e pouco ou nada se faz para impedir o avanço de grandes empreendimentos agropecuários nessas áreas. Tal paralisia ocorre mesmo quando fazendeiros invadem áreas da RECM, desmatando a floresta¹⁰.

O avanço das fazendas das áreas contíguas à RECM é um fato que pode ser observado em imagens de satélite ou *in loco*. Devemos compreender a atual pressão pela redefinição dos limites da Reserva à luz desse processo. A pressão do fazendeiro vem de fora da RECM e aumentou vertiginosamente no contexto de uma parcial desmobilização do movimento, com o enfraquecimento dos sindicatos, da institucionalização parcial de muitas lideranças, com a perda da autogestão do território, em face do fracasso de políticas públicas voltadas à valorização do extrativismo. Assim, os seringueiros se deparam com a figura do fazendeiro criador de gado que assedia permanentemente os moradores da Reserva para que estes lhe cedam um “lote” da sua colocação ou aceitem criar “gado de meia”. Soma-se a isso a precariedade de outras políticas públicas elementares, tal como a educação pública oferecida no interior da Reserva. A ideia original do Projeto Seringueiro, de uma educação adequada ao modo de vida seringueiro, voltada à valorização de sua história e cultura, não existe mais. Não raros são os casos de jovens que desconhecem a história da Reserva e sua importância.

Mesmo assim não há passividade. O camponês da floresta resiste, permanece em sua colocação e encontra forças na sua própria relação com a floresta. “A floresta é nosso mercado.” Essa frase é muito comum entre os seringueiros e tem um importante significado: é da floresta que se retira tudo aquilo que é necessário à reprodução da vida, é dela que saem a madeira para as casas, pontes e cercas;

9. A Zona de Amortecimento (ZA) é toda a área no entorno da Reserva Chico Mendes onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a Unidade. Segundo o Plano de Manejo da RECM, o limite da ZA no entorno da Unidade se dá na faixa de 10km. No limite sul da Resex, a área chega a se estender até a BR-317. Essa é a área mais impactada por empreendimentos agropecuários no entorno da Resex. A ZA é submetida a normas de uso em que as atividades desenvolvidas nessa área devem ser monitoradas pelo Ibama de maneira a evitar incidentes que possam acarretar danos ambientais significativos à Unidade. O licenciamento ambiental de novos empreendimentos deve ser realizado mediante prévia manifestação do ICMBio.

10. Um exemplo concreto foi um episódio ocorrido na Colocação Centro Verde, em Xapuri. Em dezembro de 2015, o pecuarista conhecido por Joaquim Medeiros, dono da Fazenda Filipinas, no município de Xapuri, mandou derrubar dezenas de hectares de floresta, à moda corte raso, dentro da RECM. Dois tratores, segurando uma corrente em cada extremidade, foram usados na empreitada. Na época, o STR de Xapuri denunciou o caso ao ICMBio, mas nada foi feito pelas autoridades. O desmatamento só terminou quando o STR de Xapuri denunciou o caso à imprensa.

as ervas, as plantas e os cipós para remédios e alimentos; palheiras para cestos e vassouras e a cobertura das moradias. “Criar gado é viver acochado com as questões da rua”, explicou certo dia um seringueiro que comparava o seu modo de vida com o dos assentados que resolveram apenas criar gado e dependem quase exclusivamente de mercadorias compradas na cidade. Assumir esse risco não agrada a nenhum seringueiro. Afinal, criar gado é lidar com custos e investimentos em médio e longo prazo, tomar calotes, enfim uma série de tormentos típicos da “vida na rua”. Como sempre lembram os moradores da Reserva: “É bom demais trabalhar na sombra.”

A criação de gado na Reserva obedece a um certo “cálculo camponês”, tal como definiu Chayanov (1974; 2014). Em suas pesquisas junto ao campesinato russo, o autor demonstrou que a análise da economia camponesa não pode ser apenas compreendida com categorias como “lucro”, “preço” e “salário”, pois elas são insuficientes para explicar a lógica da sua produção. A ênfase de Chayanov recai sobre o campesinato como grupo doméstico, a família como uma unidade de produção e consumo na sua reprodução social. Nessa perspectiva, a produção camponesa é pautada sob a lógica da produção mercantil simples, na qual não existe a preocupação em acumular capital. O objetivo é a sobrevivência e a reprodução da família.

Ainda segundo Chayanov, a relação entre equilíbrio e satisfação das necessidades é realizada mediante um “cálculo camponês” que repousa sobre determinantes demográficas existentes na estrutura familiar. Esse processo, entretanto, vai além de uma racionalidade simplesmente econômica, uma vez que também existe uma subjetividade culturalmente conformada, que fixa os limites entre o desejo e o consumo e as limitações do esforço para alcançá-los. Por essa razão, na produção camponesa estão integrados valores culturais partilhados pela comunidade que orientam para objetivos como a estabilidade, a solidariedade e a manutenção dos recursos.

O seringueiro não se refere à floresta como um santuário ecológico. Mas em seu “cálculo camponês” sabe que tudo está interligado e que uma intervenção abrupta sobre um determinado componente da “cadeia florestal” poderá ter efeitos desastrosos sobre o conjunto da sua reprodução:

A mata, que é fonte de terreiros para roçados anuais, é também território de caça e de coleta com seu estoque bem conhecido e explorado pelos seringueiros que, ao longo dos caminhos, estradas e varadores, conhecem cada madeira, cada

oco de abelha, cada cacho de patuá ou de açai, cada pau de envira, cada pau de âmago, cada *palheira*, e cada vareda de paca e de outros animais. [...] Os animais selvagens, por sua vez, alimentam-se dos roçados de mandioca e das capoeiras. [...] Observamos assim que o igarapé, o terreiro, o campo, os roçados, as capoeiras e a mata se interligam em cadeias de delicado equilíbrio. Não é fácil mexer em um hábito dos seringueiros sem interferir em outros. (ALMEIDA, 2012, p. 132).

Evidente que na sociedade capitalista o camponês possui algum tipo de vínculo e envolvimento com as tramas de mercado e a circulação do dinheiro. A partir disso é possível entender a razão pela qual os seringueiros mantêm uma diversificação em sua produção. A diversificação de produtos é realizada pela necessidade da manutenção da família por meio da produção dos alimentos que serão consumidos ou comercializados, funcionando assim como uma saída para os momentos de crise e impedindo que se tornem vulneráveis perante o capital. Com a decadência da produção da borracha, ele procurou criar bois, investir mais tempo na agricultura ou na extração de algum produto da floresta como a castanha. Mas tudo isso pressupõe manter a “floresta em pé” que, em última instância, vai definir a sua condição de trabalhador independente, garantindo a reprodução de sua força de trabalho.

Há, portanto, uma forma holística de ver a relação com a floresta, algo muito importante para entender a pressão da chamada “pecuarização” no interior da Reserva.

O declínio do extrativismo da borracha nas últimas décadas, o aumento dos integrantes das famílias e os poucos e ocasionais incentivos governamentais, além da dificuldade de obter linha de crédito disponível para explorar outros produtos extrativistas, levaram os seringueiros a “redefinir seus cálculos”. Assim, muitos passaram a criar gado como alternativa para manter a reprodução das famílias. Mas seria um equívoco pensar que a criação de gado ocorre em substituição às atividades extrativistas ao ponto de criar uma tendência de os seringueiros tornarem-se simples criadores de gado. No marco das estratégias para sua reprodução social, o que de fato ocorre é a combinação das atividades extrativistas, com a agricultura e a criação de animais. Tampouco a criação de gado é comandada pela demanda do mercado. Entre os seringueiros, a criação e a utilidade de bois e vacas apresentam um caráter multifacetado. Hoje eles são utilizados pela maioria como meios de transporte para fazer o “combói” – o transporte de borracha, da castanha ou dos produtos dos roçados – pelos ramais e varadouros.

Como em outras regiões do país, o boi também representa uma espécie de “poupança” para a família. Klaas Woortmann (1990) e Ellen Woortmann (1987) mostraram, por exemplo, como a criação de gado serve como um meio para a reprodução social dos sítiantes e para a aquisição de terras de trabalho, isto é, da própria expansão do sítio no caso dos camponeses de Sergipe pesquisado por ambos os autores. Desse modo, o gado é um dos fatores que viabilizam a constituição de um novo grupo familiar.

A compra e venda do boi é a garantia de que a família possa sobreviver caso o plantio sofra alguma devastação ou tenha uma produtividade menor causada pelo clima, pragas, animais, entre outros fatores. Como explicou um seringueiro da RECM, criar boi é “pra se arremediá”, “mata pra cumê” ou vender no caso de uma “precisão”, o que demonstra que a criação de gado não é um fim em si mesmo. Em outros tempos, quando o seringueiro se encontrava na “precisão”, era obrigado a ir até o barracão recorrer ao patrão para que este providenciasse algum tipo de transporte e auxílio emergencial, o que naturalmente reforçava os laços de dependência e de dominação pessoal entre ele e o proprietário do Seringal. A criação da Reserva Extrativista pôs fim a esse regime, garantiu ao seringueiro o acesso ao território e afirmou sua autonomia camponesa. Nesse sentido, a criação de gado é para os seringueiros uma *criação camponesa*, isto é, se baseia na reprodução familiar e não na acumulação de capital, como fazem os “grandes pecuaristas”.

6 CONCLUSÃO

Durante o governo de Jair Bolsonaro, no marco das crescentes ameaças às Unidades de Conservação, às Terras Indígenas e do esvaziamento dos órgãos de proteção ambiental, se deu uma ofensiva de pecuaristas, madeireiros e seus aliados políticos contra a RECM e seus moradores. O que procuramos demonstrar, entretanto, é que tal ofensiva merece ser analisada à luz de eventos complexos que levaram a um enfraquecimento do movimento seringueiro nas últimas duas décadas, tais como: a perda da autogestão do território; a institucionalização das lideranças do movimento, que deixou de ter o sindicalismo como eixo classista de atuação, passando a depender das ONGs, levando ao enfraquecimento da organização dos seringueiros e provocando dificuldades até mesmo para lutar por pautas que efetivamente resultassem em políticas públicas que atendessem às suas reais necessidades, como a adoção de medidas para valorização dos produtos

extrativistas. Ao mesmo tempo houve um enorme avanço da pecuária em todo o estado do Acre, particularmente nos municípios que abrigam a RECM. Ademais, tal situação se combinou com uma enorme dificuldade das autoridades do Estado responsáveis pela fiscalização ambiental em compreender a especificidade da lógica da reprodução camponesa. É nesse contexto que surge a figura do fazendeiro, que procura ampliar a criação de gado dentro da Reserva Extrativista. Entendemos que esse conflito e os impasses vivenciados pelos camponeses da floresta somente poderão ser resolvidos no âmbito do próprio movimento seringueiro, isto é, da retomada de sua capacidade de mobilização, organização e autogestão em prol das suas demandas específicas.

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, Mary Helena. **A Construção Social de Políticas Ambientais**. Chico Mendes e o Movimento Seringueiro. Tese (Doutorado Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, 2002.

ALMEIDA, Mauro W. B. **Sete Teses sobre o Conselho Nacional dos Seringueiros**. Texto de circulação interna apresentado no II Encontro Nacional dos Seringueiros, Rio Branco, 1989.

ALMEIDA, Mauro W. B. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 19, nº 55, 2004, pp. 33-53.

ALMEIDA, Mauro W. B. As colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos naturais. In: **Revista Mediações** (UEL), vol. 17. Londrina, 2012, pp. 121-152.

ALMEIDA, Mauro W. B.; REZENDE, Roberto Sanches. Uma nota sobre comunidades tradicionais e Unidades de Conservação. In: **Revista Ruris**, nº 2, pp. 185-195, setembro 2013.

ALMEIDA, M. W. B.; COSTA, E. M. L.. As Colocações. In: CUNHA, Maria Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B. (Org.). In: **Enciclopédia da Floresta – O Alto Juruá: Conhecimentos e Práticas das Populações**. São Paulo: Cia das Letras, 2002, pp. 138-186.

ACRE. **Lei 1.426, de 27 de dezembro de 2001**. Dispõe sobre a preservação e

conservação das florestas do estado, institui o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas, cria o Conselho Florestal Estadual e o Fundo Estadual de Florestas e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.ac.leg.br/leis/?p=5267>. Acesso em: 3/2/2018.

ACRE. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre**. Documento Síntese da Fase II. Rio Branco: Secretaria do Meio Ambiente do Acre-SEMA, 2010.

ACRE. Governo do Estado do. **O Acre em números**. Rio Branco, 2017.

ACRE. **Lei Estadual nº 2.308 de 2010**. Cria o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais – SISA, o Programa de Incentivos por Serviços Ambientais – ISA Carbono e demais Programas de Serviços Ambientais e Produtos Ecosistêmicos do Estado do Acre e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.ac.leg.br/leis/?p=8269>. Acesso em: 3/2/2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes**. IBAMA: Brasília, 1995.

BRASIL. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Chico Mendes**. IBAMA: Xapuri, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 99.144, de 12 de março de 1990**. Cria a Reserva Extrativista Chico Mendes. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/RESEX/cmendes/opdecret.htm>. Acesso em: 6/9/2016.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília.

CHOMA, J.L. **Os saberes do camponês da floresta: modo de vida, conflitos e etnoconhecimento seringueiro na Resex Chico Mendes (AC)**. São Paulo, 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CUNHA, C. C. **Reservas Extrativistas: institucionalização e implementação no Estado brasileiro dos anos 1990**. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Programa EICOS/Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: Contribuição à História Social e das lutas sindicais no Acre.** São Paulo. Ed. Cortez, 1992.

CHAYANOV, Alexandre V. **La organización de la unidad econômica campesina.** Buenos Aires: Ed. Nueva Vison, 1974.

CHAYANOV, Alexandre V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In: CARVALHO, H.M. de. **Chayanov e o campesinato.** Expressão Popular: São Paulo, 2014.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 1998.

DIEGUES, A. C. S. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** Tradução. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 2000.

MAISONNAVE, F. **Após se reunir com infratores ambientais, Salles suspende fiscalização na reserva Chico Mendes.** Folha de S. Paulo, São Paulo, 4 dez. 2019.

MAISONNAVE, F. **Pecuarista quer se eleger no AC para legalizar propriedade em reserva.** Folha de S. Paulo, São Paulo, 20 set. 2014.

MAISONNAVE, F.; ALMEIDA, L. **Sob Bolsonaro, ex-seringueiros aceleram desmatamento e a troca de extrativismo por gado.** Folha de S. Paulo, São Paulo, 6 mar. 2020.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra.** São Paulo. Editora Contexto, 2010.

MENDES, Chico. A luta dos povos da floresta. In: **Revista Terra Livre.** São Paulo: AGB. n. 7, abril. 1990, pp.9-21.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura.** São

Paulo: Ática, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro.** In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). *Novos caminhos da geografia.* São Paulo: Contexto, 2001.

PAULA, Elder Andrade de. **(Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza.** Rio Branco: EDUFAC, 2005.

PETRAS, James. **Ensaio contra a ordem.** São Paulo: Scritta, 1995.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista).** Brasília: Ibama, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RODRIGUES, Osmarino Amancio. Os seringueiros do Acre: impasses na exploração da floresta. In: OLIVEIRA, A., MARQUES, M. (Org.) **O Campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Ed. Casa Amarela & Paz e Terra, 2004.

SANDONATO, D. **Políticas ambientais e conflitos territoriais no Acre, Brasil: o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA).** Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2015.

SOUZA, Israel Pereira Dias de. **Soberania e Governança Ambiental na Amazônia Sul-Ocidental: um olhar sobre a “Iniciativa MAP”.** Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Acre. Rio Branco, 2007.

WATANABE, P. **Pioneiro em valorizar a Amazônia, Acre vê pecuária derrubar floresta.** Folha de S. Paulo, São Paulo, 29 set. 2022.

WOORTMANN, Klass. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico/87.** Brasília/Rio de Janeiro: Edunb/Tempo Brasileiro,

1990, pp. 11-73.

WOORTMANN, Ellen F. A Miunça e o Gado: a lógica da criação camponesa. In: **Ensaio Econômicos e Sociais**, v. I, n.1. São Paulo, 1987, pp. 41-66.

Texto submetido em 28/10/2023

Aceito para publicação em 20/12/2023